



Canhecer, Capacitar e Prevenir: uma prapasta interdisciplinar de enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na município de Ponta Grossa-PR

1 – Introdução:

Um dos problemas que mais atinge a sociedade brasileira na atualidade é a violência, sendo esta entendida “como todo ato ou omissão com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo um certo poder (intelectual, físico, econômico, político ou social)” (Lavoratti, 2003, p. 1). Permeada pela violência estrutural, ela convive com questões de injustiça, impunidade, corrupção, desigualdade e violação dos direitos humanos, o que coloca em risco nossa condição de cidadãos brasileiros.

Vários determinantes vêm contribuindo para que a violência produza índices e estatísticas preocupantes, configurada através de diferentes expressões que se distribuem democraticamente por todos os setores e classes sociais, sendo aceita até mesmo como natural e necessária em certos contextos.

Uma das expressões mais cruéis da violência é aquela praticada contra crianças e adolescentes. Mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentando o preceito constitucional que coloca a criança como “prioridade absoluta”, muitas violações têm sido cometidas contra essa população, muitas vezes em nome da disciplina, da obediência e da “boa educação”.

O documento legal acima referido, que dispõe sobre a Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente, preconiza, ainda, em seu artigo 70, o dever de todos em prevenir ameaças e violações aos direitos assegurados a esta população. Nesse sentido, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais e do Departamento de Serviço Social, e em parceria com o Núcleo

Adalgiso Hellen Ribeiro Santos¹, Cleide Lavoratti²

Resumo

A violência, em suas diferentes expressões, tem sido um dos fenômenos que mais preocupam a sociedade brasileira. Muito se tem discutido sobre formas para o seu enfrentamento, porém, pouco se fala em termos de prevenção. O presente trabalho expõe a experiência de um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná, que tem como cenário principal a escola, que, por se configurar como o espaço onde alunos, familiares e profissionais da educação convivem, torna-se um *locus* significativo de discussão e ressignificação das relações sociais permeadas pela violência, em especial, aquelas desenvolvidas no seio familiar. Com o objetivo de sensibilizar os sujeitos envolvidos nessa temática, uma equipe interdisciplinar busca resgatar/recriar formas democráticas de relacionamento e educação, que privilegiam o respeito, o diálogo e o afeto, respaldados nos princípios da Cultura da Paz (UNESCO). Propõe-se também a rejeição ao “pacto do silêncio” do qual participam vítimas, familiares e, infelizmente, muitos profissionais que, de alguma forma, mantêm relações sociais com estas famílias. O Projeto incentiva a notificação dos casos de violência aos órgãos de defesa dos direitos da criança, entendendo que a omissão da escola contribui para que o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes se reproduza socialmente.

Palavras-chave: violência familiar, escola, prevenção

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do projeto de Extensão: Prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescente.

Regional de Educação, propôs um Projeto de Serviço de Extensão intitulado "Prevenção à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes no Município de Ponta Grossa". Acadêmicos e professores, por meio de atividades de caráter sócio-pedagógico e preventivo, trabalham no sentido de contribuir com a redução da ocorrência de casos envolvendo violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes. Inicialmente, estas têm sido implementadas em regiões que apresentam números significativos de ocorrência de violência doméstica notificados junto ao Conselho Tutelar.

Tal projeto busca compreender, junto aos sujeitos envolvidos, como este fenômeno da violência é (re) construído e (re) produzido nas relações sociais, ao mesmo tempo em que reflete e propõe, em conjunto com os participantes, formas alternativas e pacíficas de educação e relacionamento familiar, sem o uso da violência. Para tanto, a equipe do Projeto vem implementando suas ações em um espaço estratégico – a comunidade escolar – visando atingir os sujeitos significativos que a compõe: alunos, famílias e profissionais da educação.

2 – A família e a violência doméstica

A família se constitui na primeira e mais importante instância de socialização do ser humano. Historicamente, esta foi designada como responsável pela manutenção da espécie e pela transmissão de normas e valores morais e culturais, sofrendo transformações significativas em sua estrutura e dinâmica de acordo com as condições sociais. Atualmente, a família é considerada como "um grupo de pessoas que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e, em especial, afetivas" (Scodelario, 2002, p.95).

Contextualizando o grupo familiar na atualidade, concluímos que este, perpassado por questões de ordem econômica, social, cultural e afetiva, torna-se, muitas vezes, deficitário no suporte a essa socialização básica para o ser humano. Tal déficit é resultante da configuração da rede de relações familiares, ou seja, das experiências educativas, afetivas e sociais vivenciadas por seus componentes, bem como da satisfação de suas necessidades físicas, emocionais e intelectuais. A depender da forma como esse grupo se organiza

em torno dessas experiências e necessidades, teremos famílias de diferentes perfis de socialização.

Segundo Bock, entende-se por socialização "o processo de internalização (apropriação) do mundo social com suas normas, valores, modos de representar os objetos e situações que compõem a realidade objetiva" (1989, p. 187). Em outros termos, podemos afirmar que, durante este processo, o indivíduo apreende/aprende aquilo que vive, donde concluímos que

... as condutas humanas são concebidas como decorrentes da interação indivíduo-sociedade, sendo o âmbito psicológico condicionado pelo social, e tal condicionamento produzido historicamente. (Ferrari, 2002, p. 81)

Assim sendo, percebemos tais condutas relacionadas com a história de vida que envolve os indivíduos ou grupos, determinando padrões autoritários, democráticos ou permissivos que podem, em última instância, determinar a qualidade das relações sociais e afetivas desenvolvidas.

Na dinâmica familiar, os referidos padrões podem configurar-se como abusivos ou omissos no que diz respeito a sua função legalmente preconizada (ECA - Artigo 4º), gerando o fenômeno definido como violência doméstica contra crianças e adolescentes, o qual, segundo Azevedo e Guerra (1998, p. 24) se configura como:

1. uma violência interpessoal;
2. um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
3. um processo que pode se prolongar por vários meses e até anos;
4. um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a a condição de objeto de violência;
5. uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança;
6. tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.

Além de tais configurações, o grupo familiar é tradicionalmente visto como espaço sagrado e inviolável, aceitando-se todo e qualquer tipo de meca-

nismos que propiciem a manutenção e criação dos filhos, mesmo que se constituam em privações, violências, humilhações e culpabilizações. Nesse sentido, o segredo se torna o principal ingrediente na re-produção da violência doméstica, pois

A violência é vivida por todos os membros da família, porém os fatos, em geral, são muitas vezes camuflados como não-violentos, justificados como atitudes pedagógicas ou de responsabilidade da própria criança que é culpabilizada. Ameaças e seduções ocorrem na busca de manutenção do silêncio, aprisionando todos em relações complementares patológicas, evitando, assim, a quebra da homeostase do sistema familiar. (Sousa e Silva, 2002)

A perpetuidade dessas formas de relacionamento, especialmente durante a infância e adolescência, contribui sobremaneira para a instauração da cultura da violência como forma de resolução de conflitos e divergências; nela há o domínio do mais forte sobre o mais fraco, do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança, tendo como principais conseqüências:

- Em curto prazo: problemas físicos, problemas no desenvolvimento das relações de apego e afeto (isolamento, depressão, baixa auto-estima, agressividade, conduta anti-social);
- Em longo prazo: seqüelas físicas, futuros pais abusadores, conduta delinqüente, suicida ou criminal violenta. (Ferrari, 2002)

Segundo Ferrari (2002), os efeitos do que chama de abuso infantil podem manifestar-se de diversas formas, tanto internamente (depressão, ansiedade, pensamentos suicidas, estresse pós-traumático), como externamente (agressão, impulsividade, delinqüência, hiperatividade, abuso de substâncias). Há, também

Uma condição psiquiátrica fortemente associada a maus tratos na infância: é o chamado distúrbio de personalidade limítrofe (*borderline personality disorder*). O indivíduo com essa disfunção tem como característica enxergar os outros em termos de preto e branco, oito ou oitenta, muitas vezes colocando seus interlocutores num pedestal, para depois transformá-los em vilões, a partir de algo percebido como desfeita ou traição. Aqueles que sofrem desse distúrbio são propensos a explosões de cólera e episódios transitórios de paranóia ou psicose. Eles possuem tipicamente uma história de rela-

ções intensas e instáveis, muitas vezes tentam escapar por meio do abuso de substâncias, e apresentam impulsos autodestrutivos ou suicidas. (op. cit., p. 84)

Diante do exposto, concluímos que a família, por suas características próprias – e perpassada por elementos multicausais –, se constitui, ao mesmo tempo, em “vítima e vilã”, pois atingida por um contexto de insegurança produzido pela ordem sócioeconômica vigente (violência estrutural), assimila e reproduz seus efeitos (violência doméstica), contribuindo para a “naturalização” da violência e da coisificação das relações sociais.

3 – A escala e a violência doméstica:

A escola, por conseguinte, aparece como o segundo espaço institucional de socialização do ser humano. É nela que a criança (sujeito em desenvolvimento) vai expressar sua capacidade de inserir-se em novos grupos, ao mesmo tempo em que desenvolve novas formas de relacionamento e aprendizagem. Também é na escola que a criança se depara com um universo de normas e regulamentos criados e instituídos para que o processo administrativo e pedagógico escolar funcione “harmonicamente”, visto que atende grande número de pessoas (alunos, pais, comunidade).

Surgem, então, os problemas de “comportamento agressivo e/ou desviante” que, ao nosso ver, são reflexos simultâneos da violência estrutural que perpassa a construção das relações sociais na atualidade e da violência doméstica infligida a crianças e adolescentes.

Pela sua própria dinâmica, a escola, muitas vezes, não se encontra devidamente preparada para trabalhar com questões relacionadas à violência. Nesse sentido, Costa e Gomez (1999) afirmam haver uma permanente ambigüidade de aproximação/negação. Se, por um lado, a violência aparece como uma preocupação constante no cotidiano do trabalho pedagógico, por outro lado, a enorme complexidade desse problema e a assustadora realidade levam, em princípio, à sua negação. Ainda se, por um lado, respeitar a realidade do aluno e trabalhar com base nela são premissas a serem consideradas, por outro, a violência do aluno de periferia, de favela, insere-se num mundo desconhecido e ameaçador para a maioria dos professores. (op. cit., p.160)

Ao nosso ver, a instituição *escola*, por vir “assumindo” funções tão amplas e complexas, não consegue repensar suas práticas e sua clientela. E utilizando-se do discurso de que “a escola deve resgatar a sua função social que é o ensino formal”, se esquece do preceito constitucional que preconiza o dever de todos em zelar pela criança em sua totalidade. Em nossa opinião, esse discurso mascara o real motivo da recusa do trabalho com a criança de forma integral: o desconhecimento e o despreparo no enfrentamento das questões referentes ao cotidiano extracurricular, dentre eles, a violência intrafamiliar que atinge crianças e adolescentes. Porém, lembramos aqui o artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** [grifos meus]

Nesse sentido, algumas reflexões são necessárias aos profissionais vinculados, direta ou indiretamente, à instituição *escola*, de modo a perceber a contradição entre a formação profissional que “idealiza” o aluno e a prática profissional que revela o fracasso desse modelo de pensamento. Sendo assim, qual modelo de pensamento deveria nortear a prática profissional no trato de questões que digam respeito, não só aos aspectos pedagógicos, mas também aos aspectos biopsico-sociais que envolvem a história de vida do aluno e sua família? Seda (2002) nos indica que

Toda pessoa (idosa, adulta, adolescente ou criança), entre cidadãos que querem a sociedade justa, é percebida como dotada de direitos e também de deveres adequados a cada idade e à forma como as pessoas percebem ou concebem uma sociedade justa. Isso se aprende ou se deixa de aprender no processo da educação. Isso se incorpora ou não em nossos hábitos, usos e costumes. Conhecer hábitos, usos e costumes que ameaçam e violam direitos é portanto indispensável para a aprendizagem de novos hábitos, usos e costumes, que garantem direitos e deveres. Embora o processo da educação se inicie na infância, os hábitos, usos e costumes que garantem direitos se aprendem também na idade adulta ou mesmo na velhice, através de técnicas especiais, em um processo de educação comunitá-

ria, que vai muito além da família e da escola. Esse parece ser um dos desafios mais significativos para a mudança social do século vinte e um.

Tal desafio se torna ainda mais significativo quando se reconhece que a escola, assim como os pais e os alunos, também se encontra fragilizada diante da complexidade do contexto social atual. Nesse sentido, é necessário um movimento de resgate e afirmação da instituição escola, como local de debate e criação de novas formas de educação e relacionamento interpessoal baseadas na dignidade, no respeito e na valorização de crianças, adolescentes e, porque não dizer, de adultos, enquanto cidadãos:

... não se trata de superestimar sua função, nem de vê-la dissociada da sociedade, mas de percebê-la como um lugar privilegiado para a discussão de valores e de um novo sentido de vida e dignidade humana. (Costa e Gomez, 1999, p. 172)

Finalizando, refletimos com Seda (2002), quando afirma que

Porque somos falíveis e humanos, todos (idosos, adultos, adolescentes e crianças) por vontade própria ou devido a acontecimentos fortuitos, carregamos sempre a possibilidade de ameaçar e violar direitos e deveres, seja dos outros, seja de nós mesmos. Esses direitos e deveres são muitas vezes ameaçados e violados dentro das famílias por pais, mães, pelos próprios filhos ou por seus parentes; são também ameaçados ou violados na escola, por professores, diretores, auxiliares e pelos próprios alunos; ou então na vizinhança das pessoas e nas ruas, nas relações entre patrões e empregados, assim como na conduta dos legisladores, dos governantes ou de juízes e assim por diante. Por isso, é importante conhecer como autoridades públicas ou privadas, pais, mães, filhos e parentes, vizinhos, professores e alunos ou outras pessoas agem ameaçando e violando direitos e deveres. É fundamental também conhecer como evitar essas ameaças ou violações e como fazer as correções adequadas quando, de fato, direitos ou deveres hajam sido ameaçados ou violados.

Conhecer para prevenir: este é o desafio que o Projeto de Extensão: “Prevenção à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes no Município de Ponta Grossa” se propôs a enfrentar.

4 – Conhecer, capacitar e prevenir: uma proposta de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes na município de Ponta Grossa – PR

Tais questões expostas, e as várias e importantes reflexões a respeito do processo de reprodução do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, nos estimularam na construção de uma proposta de trabalho que pudesse contribuir com as escolas no sentido de identificar, notificar e prevenir as ocorrências de violação dos direitos de seus alunos.

Segundo Lorencini e Ferrarri:

Se considerarmos que a prevenção pode ser vista como um caminho da prática ao (re) descobrir e ao despertar do descobrimento, podemos constatar que o ato de prevenir não é um fim em si mesmo. Ele faz parte de outra série de atitudes com base em uma prática na qual o ato de servir ou viver em “primeira mão” promove inúmeras emoções em que o indivíduo possui o privilégio de reencontrar-se e descobrir o outro numa perspectiva humana; é a tentativa de humanizar as relações, de valorizar a vida. (2002, p.229)

Assim sendo, acadêmicos do curso de Serviço Social da UEPG, juntamente com professores do referido curso e profissionais da área de Educação, formularam o Projeto de Extensão “Prevenção à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes no Município de Ponta Grossa”.

As atividades são desenvolvidas, primeiramente, através do contato com as escolas públicas municipais e estaduais da região do município que possui um maior número de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes notificados junto ao Conselho Tutelar. Na sequência, é feita a identificação da clientela atendida. Posteriormente, são implementadas ações que objetivam o que Lorencini e Ferrari (2002) definem como prevenção primária

Todas as estratégias são dirigidas à população num esforço para reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos. As estratégias adotadas incluem, de modo geral, programas informativos para pais ou responsáveis sobre os processos de desenvolvimento da criança e do adolescente (...), abordando as temáticas evolutivas e reforçando os

vínculos pais-filhos; sensibilização de toda a população e, principalmente dos profissionais da saúde, da área jurídica e da educação – mediante campanhas pelos meios de comunicação, fóruns de debates, de palestras, seminários, congressos, de programas para pais e educadores em escolas, creches, centros de juventude (...) (p.229)

Durante tais estratégias, volta-se à prevenção aos fatores predisponentes da violência doméstica contra crianças e adolescentes (Azevedo e Guerra) ligados às questões:

- da Infância: através de uma idéia favorável e realista de criança, na qual esta possa ser valorizada, compreendida, amada e respeitada enquanto sujeito de direitos com necessidades específicas;
- da Família: constituição de relações familiares democráticas, participativas e responsáveis, onde a educação seja “um ato comum a pais e filhos” (Fize apud Azevedo e Guerra, 1998, p.87)
- da Violência: combate à cultura da violência, como recurso educativo ou de solução de conflitos, bem como de todas as suas configurações (física, sexual, psicológica), através da defesa de soluções alternativas, pacíficas e racionais e, principalmente, não-geradoras de violência.

A metodologia que norteia a implementação dessas estratégias junto aos sujeitos envolvidos é constituída pelo trinômio “conhecer-capacitar-prevenir”. Neste sentido, a pesquisa-ação possibilita o compromisso social dos integrantes da equipe do projeto, na perspectiva da reflexão, ressignificação e posterior superação das relações sociais violentas.

A equipe do projeto vem desenvolvendo suas atividades de acordo com cada realidade escolar, sempre respeitando o conhecimento prévio dos participantes sobre a temática em questão. Porém, busca-se estimular um processo dialógico e cooperativo entre equipe e participantes, o que muito enriquece tanto as relações interpessoais da comunidade escolar, bem como a própria formação profissional e pessoal dos acadêmicos e professores.

Dessa forma, o Projeto de Prevenção à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes no Município de Ponta Grossa se compõe de

duas etapas indissociáveis: a intervenção social e produção de conhecimentos específicos sobre o tema. Para tanto, são realizadas palestras, capacitações ou oficinas de vivências, a depender do segmento envolvido (profissionais da educação, pais e/ou responsáveis ou alunos), do número de participantes e do tempo disponibilizado pelas escolas para sua realização.

Paralelamente às intervenções são realizados grupos de estudos, seminários, pesquisas e produções documentais (teóricas e educativas). Isto favorece o incremento das ações profissionais e estimula a equipe na promoção do intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os parceiros contatados durante o desenvolvimento do projeto, o que é essencial na articulação e organização de diretrizes da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente (artigo 88 ECA).

No ano de 2004 ocorreu o lançamento do livro da pedagoga Marisa Marques Ribeiro participante do Projeto: **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar** (Editora Juruá), o qual foi escrito a partir das reflexões realizadas no Projeto de Extensão e é resultado da Dissertação de Mestrado em Educação pela UEPG.

A equipe do projeto continuou também participando ativamente de eventos e campanhas comunitárias na referida área. Em abril de 2004, foi realizado o **I Fórum Municipal de Enfrentamento das Violências contra crianças e adolescentes**, através do qual buscou-se sensibilizar a comunidade pontagrossense através de um diagnóstico sobre a situação da violência contra criança e adolescentes, além da apresentação de um Plano Municipal de Enfrentamento desta problemática social.

No dia 18 de Maio, dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, o Projeto novamente participou de uma **Campanha** em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e demais entidades que compõem a Comissão Municipal de Enfrentamento às violências contra crianças e adolescente no município de Ponta Grossa - PR. Esta campanha, realizada anualmente em todo o país, tem por objetivo orientar a popula-

ção sobre os tipos de violência sexual, os determinantes e principais conseqüências, como também informar sobre os órgãos de atendimento no município.

A realização desses eventos proporciona uma troca de experiências entre as entidades e os profissionais envolvidos na área. Possibilita o despertar da reflexão dos atores envolvidos e a necessidade da capacitação na área da criança e do adolescente.

Além das atividades que são realizadas sistematicamente em duas escolas: Bento Mussurunga (estadual), envolvendo um grupo de vivência e reflexão com adolescentes, e na Escola Municipal Prefeito Doutor Eliseu de Campos Melo, onde se trabalha com um Projeto de Inclusão Digital, a equipe busca participar de eventos científicos como o **II Seminário Conversando sobre Extensão** realizado em Ponta Grossa - PR e o Encontro de Campos de Estágios do curso de Serviço Social realizado em novembro de 2004.

A experiência do Projeto de Extensão foi aprovada também para ser divulgada através de apresentações orais em **Congressos Nacionais e Internacionais**:

- Congresso Nacional de Assistentes Sociais realizado em Salvador - BA em novembro de 2004;
- Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais realizado em Coimbra - Portugal em maio de 2004;
- Fórum Social Mundial realizado em janeiro de 2005 em Porto Alegre.

4.1 - Dificuldades encontradas:

Durante o ano de 2004, o Projeto **"Prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Ponta Grossa"** encontrou muitas dificuldades para a execução de seus objetivos, tendo inclusive que adequá-los ao contexto institucional da Universidade: morosidade do Governo Estadual na liberação da contratação de professores temporários (colaboradores), sem os quais as atividades de ensino (ainda prioritárias na UEPG) não poderiam ser realizadas.

Conseqüentemente, por orientação da administração da UEPG, houve uma redução na

carga horária dos docentes nos diversos projetos extensionistas que o Departamento de Serviço Social coordena para “cobrir” as atividades de sala de aula.

Uma outra dificuldade que influenciou negativamente nas atividades foi a indefinição da Pró-Reitoria de Extensão quanto à disponibilidade de um transporte para o projeto durante o ano de 2004. Por diversas vezes, as atividades nas escolas foram adiadas ou canceladas por falta de transporte, causando um desestímulo na equipe e na comunidade envolvida, ocorrendo evasões de pais e adolescentes pela descontinuidade das ações. É importante lembrar que, em vários momentos, as acadêmicas e docentes custearam suas despesas de transporte para não comprometerem as atividades previamente agendadas.

Posteriormente, ficou definido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais que o Projeto que, em 2003, contava com este serviço duas vezes por semana, neste ano só poderia utilizá-lo aos sábados.

Dessa forma, as atividades foram direcionadas a apenas duas escolas públicas: uma municipal, onde se puderam reorganizar as atividades para os finais de semana e como alternativa para atender as atividades que foram planejadas para as quintas-feiras. Buscou-se uma parceria com o Núcleo Regional da Educação da Secretaria de Estado da Educação que se comprometeu com a cessão de transporte uma vez por semana para a equipe que atuava na Escola Estadual Bento Mussurunga.

No entanto, quando existiam atividades da Secretaria (que não foram poucas no ano de 2004), o transporte era cancelado, muitas vezes sem tempo hábil para avisar à comunidade, causando grandes constrangimentos para todos os envolvidos.

Dessa forma, o projeto, que no ano de 2003 trabalhou com cerca de 50 escolas e 15 Núcleos de Integração a Criança e Adolescente da Secretaria de Assistência Social, no ano de 2004, reduziu significativamente suas atividades atendendo às demandas de apenas duas escolas no município de Ponta Grossa e, ainda assim, de forma precária.

Além disso, outros problemas já identificados no ano anterior, como falta de um maior en-

volvimento da Secretaria Municipal da Educação e da equipe pedagógica das escolas que não agiram como co-responsáveis pelo processo de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes:

A resistência dos professores em discutir a problemática da violência familiar, mesmo sofrendo as conseqüências deste fenômeno no ambiente escolar (agressividade infanto-juvenil, distúrbios de aprendizagem, dentre outros reflexos). Isto se deve tanto à cultura de naturalização da violência física como recurso educativo dos pais para impor limites à criança/adolescente (com a qual infelizmente muitos profissionais são coniventes), como, também, assumir que a realidade da violência familiar atinge a escola é admitir a necessidade de superação deste problema social e se comprometer com o bem-estar integral das crianças e adolescentes. Enfim, é extrapolar as práticas educativas formais e tradicionalmente empregadas no ensino formal e isto é uma mudança cultural muito lenta, mas necessária de ser realizada. Só que dá trabalho e exige dos professores redefinir seu papel junto à escola, à família e à própria comunidade. (Lavoratti, 2003)

Estes entraves continuaram presentes nos trabalhos durante o ano de 2004, fazendo com que a equipe refletisse sobre novas formas de abordagens e novas metodologias de trabalho que motivassem a participação de toda a comunidade escolar neste tipo de intervenção sócio-educativa, resultando em uma proposta que foi aprovada pelo Ministério da Educação para 2005 e foi apresentada à nova gestão municipal através da Secretaria Municipal de Educação. Trata-se do projeto intitulado: **Conhecer, capacitar e prevenir: uma proposta interdisciplinar de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no município de Ponta Grossa- PR.**

5 – Reflexões finais:

Acreditamos que tal trabalho se constitui, simultaneamente, em **desafio** e em **aprendizado profissional e social**. **Desafio** porque, infelizmente, a violência doméstica contra a criança e o adolescente é aceita com naturalidade, é ignorada e até mesmo amplamente defendida pelas pessoas, muitas vezes aquelas responsáveis pela formação e orientação dos mais jovens. “Quem ama, bate” afirmam muitos.

Na verdade, o disciplinamento corporal, longe de parecer um ato educativo e afetivo, reflete a incapacidade para educar e é uma ameaça à integridade física, psicológica e moral de um ser humano em desenvolvimento. “Nada justifica que um adulto tenha licença de fazer sofrer uma criança, ainda que com o duvidoso pretexto de ensiná-la” (Azevedo e Guerra, 2002, p. 37). Romper com esse (pré) conceito histórico, cultural e socialmente construído pressupõe um exercício conjunto e permanente de reflexão entre os sujeitos envolvidos, procurando

compreender como ela [a violência] se insere nas relações sociais e no nosso imaginário. Essa atitude reflexiva poderá contribuir para um melhor conhecimento de nossa sociedade e também para a modulação da própria violência. (Ferrari, 2002, p.69)

Outro desafio que se impõe neste trabalho é a articulação de uma rede de apoio, tendo em vista a insuficiência de programas e projetos na área da criança e do adolescente no município de Ponta Grossa que atendam especificamente este problema social. Assim, sem serviços de atendimento e proteção, elas ficam à margem do desenvolvimento social, sendo culpabilizadas, mais tarde, pelo aumento da criminalidade e da violência. **Aprendizado profissional e social** porque, enquanto acadêmicos e profissionais do Serviço Social, percebemos, a cada encontro com a comunidade escolar, com os parceiros do projeto, com as famílias e com os alunos, a necessidade de trabalhos preventivos e educativos junto aos usuários. Em se tratando de violência doméstica contra crianças e adolescentes, este compromisso com usuários assume um *continuum*, pressupondo a participação dos diferentes segmentos da sociedade, pois se trata de fenômeno multicausal e complexo que exige a

articulação intersetorial, interdisciplinar, multiprofissional e com organizações da sociedade civil e comunitária que militam por direitos e cidadania. Sobretudo, há que atuar com uma visão ampla do fenômeno, mas em níveis locais e específicos. (Minayo apud Milani, 1999, p.109)

Nesse sentido, concluímos que a mesma perspectiva que norteia o trabalho acima exposto, embasada no respeito ao outro, no trabalho em conjunto e na convivência harmônica, apesar das diferenças, deve ser transposta para a nossa prática profissional.

Entender e enxergar a nós mesmos e às crianças como sujeitos, pois,

Nem sempre os pais, professores e autoridades tratam as crianças como sujeitos. Nem sempre as crianças são educadas para perceberem-se como sujeitos. Ser sujeito é ser algo em si mesmo. Muitas vezes as crianças são tratadas como objetos da mera vontade dos adultos, seja nas famílias ou comunidades, seja nos serviços públicos. O contrário de ser sujeito é exatamente isso: ser objeto de alguém ou dos demais. E todos ouvimos que as coisas se tratam como objetos, mas as pessoas devem ser tratadas como sujeitos. No entanto, mesmo sem saber, a maioria das pessoas, como particulares ou como autoridades, costuma tratar crianças como objetos, não como sujeitos. (Seda, 2002)

Para tanto, é necessário que aprendamos – e auxiliemos os pais, os filhos, os professores, as comunidades, através de permanente orientação e apoio sócio-familiar – a perceber como evitar no dia a dia o desvio que se chama abuso (as crianças aprendem bem cedo com os adultos a desenvolver sua capacidade de abusar) e o desvio que se chama omissão – é desde criança também que se exercita a capacidade de se omitir).

6 – Referências

- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Com licença, vamos à luta*. São Paulo: Iglu, 1998.
- _____; _____. *Palmada já era*. São Paulo: [s.n.], 2002.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 1989.
- COSTA, E. H. C.; GOMEZ, C. M. Superar a cultura de violência: um desafio para a escola. In: RANGEL, M. (org.); TEVES, N. *Representação Social e Educação: temas e enfoques contemporâneos em pesquisa*. São Paulo: Papyrus, 1999.
- FERRARI, D. C. A. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática*. São Paulo: Agora, p. 81 – 94, 2002.
- LAVORATTI, C. *Violência rima com adolescência?* Texto apresentado como seminário em reunião de estágio na UEPG, Ponta Grossa, 2003.
- LORENCINI, B. D. B.; FERRARI, D. C. A. Oficinas de Prevenção. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002. p. 228 – 260.
- MILANI, F. M. Adolescência e Violência: mais uma forma de exclusão. *Educar em Revista*. Curitiba: UFPR. n.15, p. 101 – 114, jan.1999.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. IN: *O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002. p. 95 –106.

SÊDA, E. Direitos e deveres das crianças e adolescentes no Brasil – como garantir. In: *Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência – III Etapa*. Curitiba: 2002. 1 CD – ROM.

_____, _____. A criança e o cidadão estadista – Guia do Estatuto da Criança e do Adolescente para Agentes Comunitários. In: *Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência – III Etapa*. Curitiba: 2002. 1 CD – ROM.

SOUSA E SILVA, M. A. Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. IN: *O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002. p. 73 – 80.

Abstract

Violence, in its different expressions, has been one of the matters that most concerns people in Brazil. Much has been discussed about forms for its confrontation; however, little has been said about prevention. This extension project presents the work developed in the area of children and adolescents, having the school as main environment. As place where students, familiars and education professionals coexist, school becomes a significant *locus* of discussion and re-signification of social relations permeated by violence, especially those developed in the familiar circle. Aiming at touching the subjects involved in such thematic, it has searched for rescuing/recreating democratic forms of relationship and education that give privilege to the respect, dialogue, and affection. At the same time, it has proposed the rejection of the "pact of silence", through the denunciation and notification of the occurrence of cases, considering that it contributes to the phenomenon of domestic violence against children and adolescents being reproduced socially. The developed work has also favored to the engaged students moments of wide reflection and discussion about this thematic, as well as the contribution to the professional formation in terms of new practices and perspectives towards citizenship, democracy and social peace.

Key words: familiar violence, school, prevention.

